

Joelmir Beting

“Economista no governo é como general no poder: tem sempre um ato institucional no gatilho.”

Carlos Castello Branco (1920-1993), jornalista.



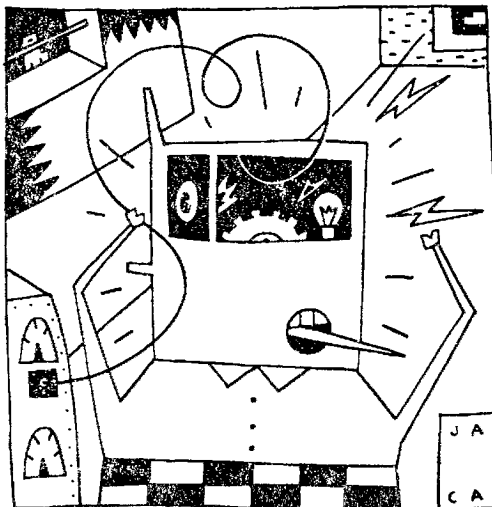
Choque para dentro

Cinco choques encavalados foram aplicados no lombo do setor privado. Eles não conseguiram derrubar a inflação. Pior: aprofundaram a recessão. Empresas chocadas cuidaram de executar ajustes para baixo e para trás: demitindo gente, reduzindo jornada, dando férias coletivas. Leis salariais encarregaram-se de reduzir os custos da mão-de-obra sobrevivente. E juros reais sem paralelo concederam refúgio nababesco ao capital escorraçado do setor produtivo sob intervenção estatal.

□□□ Eis que o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, rasgando o diagnóstico escapista dos economistas heterodoxos, ensaia alterar o curso erradio da guerra santa contra a estagflação brasileira. Em vez de insistir no controle volátil dos efeitos da crise, o ministro da Fazenda tenta concentrar as sobras da munição queimada nas batalhas perdas de Sarney e Collor no front das causas primárias do desastre nacional.

□□□ Combater efeitos é congelar preços, arrochar salários, elevar juros, atrasar câmbio. Atacar as causas é aplicar um primeiro choque no setor público — onde se localiza o verdadeiro desvio de rota da sociedade brasileira.

□□□ Do Cruzado 1 ao Collor 2, tem sido bem mais fácil aplicar choques no setor privado. Basta um decreto-lei de Sarney ou uma medida provisória de Collor — inflação zero da noite para o



dia. Difícil, para não dizer impossível, é desferir um primeiro choque no setor público. Tanto mais, por um governo trapalhão, made in Juiz de Fora. Que não consegue sequer negociar com o Congresso a regulamentação do indigitado IPMF.

□□□ Dono de luz própria, o ministro Fernando Henrique Cardoso veste-se de Dom Quixote e parte para a histórica empreitada: tapar os ralos da República perdulária. O ministro vai apelar para o endosso da população desinformada: em cadeia nacional de rádio e televisão, pretende demonstrar que o País está à beira de um colapso orçamentário. O naufrágio tem data marcada: agosto. Não dá para esperar pela revisão constitucional.